

O ATAQUE AO IRAQUE NO CONTEXTO DO PÓS-MODERNISMO MILITAR*

MARCOS HENRIQUE CAMILLO CÔRTEZ
Embaixador

SUMÁRIO

Evolução em assuntos militares e revolução em assuntos militares	
Conjuntura internacional pós-1990	
A revolução em assuntos militares e o pós-modernismo militar de 1991 a 2003	
<i>Tempo, espaço e força</i>	
<i>Ação bélica informatizada (ABI)</i>	
O ataque ao Iraque: lições e deduções	
<i>A conjuntura no Oriente Médio</i>	
<i>A aplicação do PMM</i>	
<i>A atual RAM</i>	
<i>As mudanças radicais</i>	
Conclusão	
<i>Os Estados Unidos e a OTAN</i>	
<i>Guerra: arte x ciência</i>	
<i>Revolução na Informática</i>	
<i>Reflexões pós-Iraque</i>	
<i>Nova avaliação da conjuntura</i>	
<i>A nova estruturação das forças armadas dos Estados Unidos</i>	
<i>Algumas ilações</i>	
<i>Resolução em assuntos diplomáticos</i>	

* N.R.: O presente texto foi redigido com base na conferência que o autor pronunciou para, atendendo ao convite do comandante da Escola de Guerra Naval, abrir o Seminário “A Guerra do Iraque e as Primeiras Conseqüências da Aplicação da Doutrina de Segurança Nacional dos Estados Unidos de Setembro de 2002”, realizada em 2 de julho de 2003.

Este texto poderá ser acessado no site da EGN da Internet (www.egn.mar.mil.br) ou Intranet (www.egn.mb seção 7), bem como os outros três textos das paletas do simpósio: “O mundo, uma guerra depois; as relações internacionais depois da Guerra do Iraque II (abril/2003)”, proferida pelo Professor Francisco Carlos Teixeira da Silva; “A mídia e a Guerra do Iraque” pela Prof^a Alessandra Aldé e “A Guerra do Golfo II”, pelo Almirante-de-Esquadra (FN-RRm) Carlos Augusto Costa.

SIGLAS USADAS NESSE TRABALHO

(Elaborado pela *RMB* para facilitar o entendimento da leitura dos menos familiarizados com o assunto)

ABEI	–	Ação bélica estratégica informatizada
ABI	–	Ação bélica informatizada
ABM	–	Mísseis antibalísticos (em inglês)
ADM	–	Armas de destruição em massa
ANT	–	Aeronaves não-tripuladas
ANTC	–	Aeronaves não-tripuladas de combate
ANTIRV	–	Aeronaves não-tripuladas de coleta de inteligência, reconhecimento e vigilância
ATI	–	Ação terrorista internacional
ATT	–	Alto teor tecnológico
BTT	–	Baixo teor tecnológico
CIA	–	<i>Central Intelligence Agency</i> (Agência Central de Informação dos Estados Unidos)
C ⁴ IVR	–	C omando, C ontrol, C omunicações, C omputadores, I nteligência, V igilância e R econhecimento
CODAR	–	Ciclo de assimetrias: C apacidade bélica, O rganizacional, D irecional, A lvos disponíveis e R esultados
CPE	–	Centro de poder econômico
CPM	–	Concepção pós-moderna
CVDC	–	Comunidade virtual de defesa cibernética
DAP	–	Diretriz de Ação Preventiva
EAM	–	Evolução em Assuntos Militares
GPS	–	<i>Global Position System</i> (Sistema de Posicionamento global)
MDO	–	Mão-de-obra
NATO	–	Organização do Tratado do Atlântico Norte (sigla em inglês – <i>North Atlantic Treaty Organization</i>)
OG	–	Organização governamental
OMC	–	Organização Mundial de Comércio
ONU	–	Organização das Nações Unidas
OODA	–	Observação, orientação, decisão e ação
OTAN	–	Organização do Tratado do Atlântico Norte
P&D	–	Pesquisa e desenvolvimento
PMM	–	Pós-modernismo militar
RAD	–	Revolução em assuntos diplomáticos
RAM	–	Revolução em assuntos militares
SCI	–	Serviço cívico integral
UN	–	Organização das Nações Unidas (em inglês)

EVOLUÇÃO EM ASSUNTOS MILITARES E REVOLUÇÃO EM ASSUNTOS MILITARES

Qualquer estudo empreendido sobre o ataque desfechado pelos Estados Unidos da América contra o Iraque não pode deixar de tomar como parâmetros de análise as concepções desenvolvidas (sobretudo naquele país) sobre a atual **Revolução em Assuntos Militares (RAM)** e a etapa histórica presente que se denomina de **Pós-Modernismo Militar (PMM)**. São dois assuntos que ainda apresentam variada pletera de dúvidas, questionamentos e indagações, mais do que de certezas absolutas.

A fim de atenuar essas dificuldades, convém, logo no começo, equacionar com clareza a questão semântica que surge com o tema dessa exposição, qual seja a distinção entre Evolução em Assuntos Militares – EAM e Revolução em Assuntos Militares – RAM.

Alguns estudiosos do assunto preferem, em lugar do termo “evolução”, falar de “modernização” ou “atualização” e, em vez de “revolução”, usam “mudança” ou “transformação”.

Não pretendo aqui debater as vantagens de quaisquer dessas opções, mas apenas consignar o sentido com que cada uma é adotada.

A EAM se caracteriza essencialmente por uma melhoria técnica (indo de material mais avançado até procedimento administrativo inovador).

A RAM, entretanto, mais do que uma elevação de nível qualitativo, implica uma mudança de paradigma organizacional, baseada num avanço radical no âmbito tecnológico.

Para exemplificar essa distinção necessária entre uma mera “evolução” e uma verdadeira “revolução” em assuntos militares, vou recorrer a uma brevíssima recapitulação comparativa.

Podem-se considerar, ao longo da História, certas mudanças ocorridas na maneira como diferentes povos desenvolviam suas ações bélicas.

No elenco ilustrativo abaixo, pode-se identificar o que configurou uma EAM e o que de fato significou uma RAM:

1. Lanças e espadas de ferro dos hititas.
2. Falange macedônia.
3. Organização das legiões romanas.
4. Estribos das hordas hunas.
5. Armadura dos cavaleiros medievais.
6. Besta e o arco longo.
7. Pólvora.
8. Fundação de canhões.
9. Bússola.
10. “Ordem unida” do Príncipe de Nassau.
11. Utilização militar de ferrovia e telégrafo (Guerra Civil EUA).
12. Emprego de metralhadoras na Batalha de Ulundi (1879).
13. Alcatéias de submarinos alemães.
14. Radar.

Na minha opinião, apenas os itens 2, 3, 10 e 13 (sublinhados acima) representaram uma RAM, enquanto todos os demais constituíram apenas uma EAM.

Os conceitos que desenvolverei a seguir deverão demonstrar por que assim penso.

Uma Evolução em Assuntos Militares ocorre quando são feitos avanços radicais em tecnologia com aplicação bélica, mas que continuam subordinados a conceitos operacionais e estruturas organizacionais originados diante de tecnologias progressas. Trata-se, portanto, de uma vertente tecnológica da Arte da Guerra.

Se, contudo, esses avanços tecnológicos radicais na Expressão Militar forem seguidos por mudanças fundamentais nas Expressões Política, Econômica, Diplomática, Psicossocial e de Ciência e Tecnologia, originando novos conceitos operacionais

e estruturas organizacionais, se configurará uma **Revolução em Assuntos Militares**.

Uma RAM, portanto, possui duas vertentes – tecnológica e organizacional. Cabe destacar o fato de que a segunda, por uma série de razões, é a mais difícil de ser compreendida, aceita e aplicada.

Dessa explicação extraio minha definição:

A Revolução em Assuntos Militares (RAM) consiste na adoção de um novo paradigma na natureza e conduta de operações militares, em conjugação com inovações tecnológicas, que tornam obsoletas ou irrelevantes capacidades do opositor, em qualquer das dimensões da ação bélica.

Exemplifico com um conjunto de fatos amplamente conhecidos do final da década de 1930.

Aquela época, as principais potências européias dispunham de carros de combate blindados, aviões de caça-bombardeio e aparelhos móveis de rádio (avanços tecnológicos), porém os empregavam isoladamente e com rígida subordinação aos escalões superiores de comando (como se fazia anteriormente a esses avanços).

Na Alemanha, a despeito dos padrões de “prussiana” observância da hierarquia, foi aceita a formulação radicalmente inovadora atribuída ao General Heinz Guderian e sintetizada na expressão *blitzkrieg* (guerra relâmpago). Segundo essa concepção, aqueles meios foram empregados coordenadamente (contra Polônia e França). Além disso – e talvez com importância ainda maior –, pela primeira vez foi permitida a intercomunicação direta entre comandantes de tanques, com liberdade para decisões táticas. São essas mudanças fundamentais em termos organizacionais que caracterizam esses acontecimentos como uma RAM.

Ainda desse exemplo e de seus desdobramentos na década de 1940, posso inferir

algumas peculiaridades principais da RAM, que os fatos históricos de então, como os do presente, parecem-me confirmar:

a) A “potência” que primeiro adota as transformações de uma RAM é a que mais vantagens relativas dela recolhe.

b) Essa mesma “potência” é impelida a empreender conduta agressiva no Campo Externo.

c) Os benefícios político-econômicos do êxito na fase bélica só serão auferidos se tiver sido elaborado, antes do início do conflito armado, competente planejamento das fases posteriores.

Outra característica da RAM é a inevitabilidade de uma etapa intermediária.

Como ocorre com todo conjunto de concepções “revolucionárias”, uma RAM se defronta com resistências e retardamentos. Evidentemente, as características psicossociais de cada Estado-Nação, bem como de sua “cultura militar”, influenciaram diretamente a feição e a intensidade desses óbices. De modo geral, porém, estimo que se pode esperar que surjam na etapa intermediária após a adoção das concepções inovadoras da atual RAM os seguintes fatores:

1) As naturais resistências corporativistas às transformações organizacionais requeridas no Pós-Modernismo Militar (PMM) podem invocar como reforço para essa postura diversas considerações que são inegavelmente válidas em termos econômicos.

2) Necessidade de empregar tecnologias “velhas” junto com nova tecnologia informatizada, em configurações pós-modernas.

Isso se deve a duas circunstâncias principais. Por um lado, ainda existe grande quantidade de material bélico produzido com tecnologias “velhas”, sendo mais econômico utilizá-lo do que destruí-lo. Por outro, em função de determinadas assimetrias dos enfrentamentos, algumas tecnologias “velhas” são mais apropriadas.

O exemplo emblemático é a figura do soldado de forças especiais – com armamento sofisticado e recursos de alta tecnologia (visão noturna, GPS, miras a laser etc.) – montado em cavalo rústico em busca de terroristas nas montanhas afegãs.

3) Adoção da concepção empresarial “*just on time*” (em cima da hora) para o desdobramento e emprego de unidades (que vão de plataformas complexas até soldados individuais), conforme a tática mais adequada a cada circunstância de combate (“fulminar” ou “abafar”).

Esse procedimento permite dispensar enormes depósitos de material bélico, grandes quantidades de forças de reserva e numerosas unidades de linha. Mais importante, porém, é que ela preserva a estrutura hierárquica e, ao mesmo tempo, possibilita o emprego das forças em ações reticulares, beneficiando-se da flexibilidade e da imprevisibilidade que as caracterizam.

4) O planejamento militar pós-moderno precisa **fusionar** as unidades das forças singulares numa única rede integrada. Essa circunstância gerará, por si só, dificuldades decorrentes das crenças cultivadas em cada uma das forças sobre sua singularidade.

Nessa etapa intermediária da atual RAM, os dirigentes políticos e os chefes militares têm de tomar decisões extremamente difíceis.

Assim, por exemplo, projetos em que já foram investidas vultosas quantias em termos de pesquisa e desenvolvimento podem ser incompatíveis com os requisitos do emprego no PMM.

O Exército norte-americano já estava nas fases finais de provas do M2001 *Crusader*, obuzeiro de 155mm, autopropulsado, pesando 40 toneladas, com uma viatura de suprimento própria e tripulações de três homens em cada. O custo estimado de cada conjunto era de US\$1,1 milhão. Entretanto, diante das característi-

cas das forças na concepção pós-moderna propugnada pelo secretário de Defesa Donald Rumsfeld, o *Crusader* era um “dinossauro por nascer” e o projeto foi encerrado em 2002.

Na Marinha dos Estados Unidos e no Pentágono, prosseguem acirrados debates a respeito de porta-aviões.

Considere-se a evolução do porta-aviões.

De elemento destinado a defesa e apoio dos encouraçados, ele passou a arma ofensiva, na realidade levando estes à “aposentadoria”. Nessa função, transformou-se no núcleo de força-tarefa e foram sendo construídas unidades cada vez maiores. Essa plataforma passou a requerer proteção por outras unidades navais. A evolução culminou com o imenso porta-aviões nuclear em torno do qual se compõe o Grupo de Batalha. Sendo um alvo em potencial valiosíssimo, essa belonave requer proteção ainda maior.

O debate travado em Washington vai além do destino a ser dado aos atuais porta-aviões nucleares e inclui eventual decisão sobre a construção em andamento do décimo da classe *Nimitz*, que será batizado *George Herbert Walker Bush*. Ele deverá estar concluído em 2008, ao custo (hoje estimado) de US\$ 5 bilhões, substituindo o *Kitty Hawk*, lançado em 1954.

Os que qualificam o porta-aviões como espécie em extinção (a exemplo do encouraçado na década de 1940) fazem comparações do seu custo-benefício em duas das suas funções primordiais: plataforma de lançamento de explosivos e plataforma de meios de reconhecimento e vigilância.

Conforme essa linha de argumentação, no primeiro caso os mísseis-cruzeiros e as aeronaves não-tripuladas de combate (ANTCs) oferecem o mesmo resultado a custos muitíssimo menores e sem a necessidade da custosa proteção requerida pelo porta-aviões. No segundo caso, os satélites e as aeronaves não-tripuladas (ANTs)

proporcionam eficiência e economia de meios ainda maior.

O debate ainda não está encerrado.

A Força Aérea norte-americana também está envolvida em discussões análogas.

Por exemplo, o modelo mais avançado de aeronave de superioridade aérea pode

efetuar manobras a 22G, fator de compressão muito acima da capacidade de resistência do ser humano.

O quadro abaixo compara, de forma sintética, a mais avançada aeronave militar tripulada e uma aeronave não-tripulada já em operação:

Aeronave tripulada	Aeronave não-tripulada
Desempenho contido pelas limitações humanas	Desempenho muito além das limitações humanas
Peso e volume de instalações e sistemas de suporte biológico	Inexistência de instalações e sistemas de suporte biológico
Risco de perda do piloto	Sem piloto a bordo
Custos elevadíssimos	Custos muito menores
Ações fora do campo visual do piloto [sistemas computadorizados]	
Controle por <i>joystick</i>	

Nessas discussões, considera-se ainda que já foram realizados, com êxito, três ataques (“legais”, pela CIA) com *Predators*, no Afeganistão (2001 e 2002) e no Iêmen (nov/02). (No ataque ao Iraque (abr/2003) as aeronaves não-tripuladas (ANTs) foram amplamente empregadas, mas aparentemente não as aeronaves não-tripuladas de combate (ANTCs).

Assim sendo, crescem as pressões para que as futuras aeronaves de coleta de inteligência, de reconhecimento e vigilância, bem como de superioridade aérea e de bombardeio tático e estratégico sejam substituídas por ANTIRVs (do tipo *Global Hawk*, por exemplo) e ANTCs.

Aparentemente, as resistências na Força Aérea americana (USAF) a essas mudanças seriam menores do que as identificadas na

Marinha americana (USN), já que os pilotos continuariam a ter emprego, apenas trocando o assento na carlinga pela poltrona à frente do monitor de computador, continuando a receber pagamento adicional por “horas de voo”.

CONJUNTURA INTERNACIONAL PÓS-1990

Após o término da Guerra Fria (1990), a conjuntura internacional é influenciada precipuamente pelos seguintes fatores:

1. Passa a haver uma quase constante coincidência dos objetivos estratégicos das grandes empresas “multinacionais” e dos Estados onde têm suas verdadeiras sedes.

2. Ao contrário da euforia disseminada pelo Mundo, a realidade revela uma destrutiva proliferação de conflitos arma-

dos, por uma série de motivos históricos e, mais recentemente, como subproduto de uma das peculiaridades da atual Revolução em Assuntos Militares (RAM).

3. O que se pode denominar de “complicador” islâmico, decorrente da existência de mais de 43 países, em três continentes, com mais de 50% de suas populações compostas por muçulmanos. O violento fundamentalismo islâmico, embora corrente minoritária, agrava as conseqüências desse “complicador”.

4. A Terceira Revolução Industrial, que começou antes do fim da Guerra Fria, que mudou radicalmente os parâmetros de correlação de poder no mundo, piorando sensivelmente as perspectivas socioeconômicas dos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos.

5. Uma nova estrutura mundial de poder, com uma superpotência (Estados Unidos, única em termos militares), duas megapotências (União Européia e Japão), potências ascendentes (conceito novo) e pseudopotências. Os três primeiros formam o triângulo dos Centros de Poder Econômico – CPEs.

6. Os processos paralelos de “globalização” e de “regionalização”, que são complementares e que adquiriram maior velocidade em função da nova estrutura mundial de poder.

Nesse contexto, a visão que o povo norte-americano tem de si mesmo e do mundo passa a induzir seus governantes a conduta muito mais agressiva no campo externo. Em outras condições, o que se pode denominar de “fundamentalismo ético-religioso” norte-americano – sintetizado na frase impressa nas cédulas de dólar, *In God we trust* – deveria levar os Estados Unidos ao isolacionismo. Entretanto, a interconectividade econômica do mundo conduz os Estados Unidos para comportamento

hegemônico, com a resultante final do unilateralismo a que estamos assistindo.

No atual governo presidido por George W. Bush, esses aspectos assumiram maior visibilidade e explicitação.

De forma muito sintética, as linhas principais do que se poderia denominar **Doutrina Bush** são:

- Os Estados Unidos não são apenas um “ator internacional” e sim a potência dominante no mundo, mais predominante do que qualquer outra desde Roma.

- Conseqüentemente, os Estados Unidos estão em condições de reformular as normas, modificar as expectativas e criar novas realidades – através de demonstrações inequívocas e categóricas de vontade.

- A “filosofia” do Governo Bush sobre o relacionamento internacional é de que “vamos trabalhar junto (com outros países), porém, em primeiro lugar e acima de tudo, será o que for do interesse do nosso país”. (*We will work together, but it's going to be what's in the interest of our country, first and foremost.*)

- jun/2002: “... empreender ação preventiva sempre que necessário”. (Discurso na Academia Militar de West Point)

- set/2002: “... estamos sob a ameaça menos de esquadras e exércitos do que pela possibilidade de que tecnologias catastróficas caíam nas mãos de uns poucos ressentidos”. (Diretriz de Segurança Nacional)

O papel que os Estados Unidos assumiram nestes últimos anos é definido com muita clareza por Richard Haas.

Em 1997, quando lecionava na Brookings Institution, escreveu um livro intitulado *The Reluctant Sheriff* (O xerife a contragosto). Em 2001, pouco depois de assumir o importante cargo de diretor de Planejamento de Política Externa do Departamento de Estado, que ainda ocupa, declarou que, se fosse lançar seu livro agora, o intitularia simplesmente *The Sheriff!*

A RAM E O PMM: DE 1991 A 2003

A combinação dessa conjuntura internacional pós-1990 com a atual RAM origina o que se pode denominar de **Pós-Modernismo Militar (PMM)**.

Para se avaliar como o Brasil ou qualquer outro país está posicionado no PMM, pode-se recorrer a um de vários conjuntos de paradigmas de aferição.

Um dos que melhor me parecem servir a esse tipo análise das Forças Armadas brasileiras foi montado por um autor norte-americano e utilizado por estudiosos de diversos países além dos Estados Unidos¹.

Transcrevo-o na página seguinte, a título de exemplo.

Nele constam onze “áreas temáticas”, às quais acrescentei duas, específicas do caso brasileiro. Em cada um dos três períodos determinados no quadro sinóptico original, inscrevi como penso que se caracterizaram nossas forças armadas e no terceiro (atual e futuro) indico como elas estão ou deverão vir a ser caracterizadas.

Não disponho aqui do espaço para explicar as caracterizações feitas em cada uma dessas áreas temáticas, o que fiz em artigos publicados anteriormente.

Passo, então, a destacar algumas das principais implicações do PMM, com ênfase nas que afetam em especial os países semidesenvolvidos.

De modo sucinto, pode-se afirmar que aumentaram as ameaças com que se defrontam os semidesenvolvidos, tanto em intensidade como em diversidade.

Por isso, necessitam definir com a maior exatidão possível tais ameaças e equacionar as providências de Defesa Nacional para impedir sua concretização.

Essas medidas cobrirão muitas áreas. No caso de algumas, havendo vontade política firme, seu equacionamento não será difícil. Outras, porém, demandarão ademais grandes aportes financeiros e científico-tecnológicos, obrigando esses países a desenvolver, simultaneamente, estratégias de baixo e de alto teor tecnológico (**BTT e ATT**).

No caso dos países semidesenvolvidos, é fundamental que se inicie urgentemente um eficaz processo de “pós-modernização” de suas forças armadas.

Isso é necessário, entre outras razões, para contra-arrestar-se à tentativa dos países tecnificados de induzir (ou impor) “novo papel” para as forças armadas daqueles, redundando, na prática, em transformar o Exército em gendarmaria, a Marinha em guarda-costas e a Força Aérea em polícia aérea.

Segundo essa diretriz, a “civilização” das forças armadas facilitaria essa transformação *ad diminutio* e, ademais, retiraria da concepção de defesa nacional a ênfase castrense e eliminaria a possibilidade de emprego das forças armadas como componente de política externa, tanto do ponto de vista ativo como sob a forma de dissuasão.

Tendo presentes algumas das “novidades” jurídicas e diplomáticas, é importante que se aproveite o processo de pós-modernização das forças armadas para, no âmbito mais amplo da Defesa Nacional, revitalizar alguns conceitos básicos, como os de Segurança, Desenvolvimento e Soberania. Dessa forma será possível afiançar que a Defesa Nacional deles se ocupe necessariamente, numa concepção sistêmica.

É também essencial que, com esse processo, se implante (ou se restabeleça) indústria própria de material de emprego militar, com empenho continuado em pesqui-

1 N.A.: Traduzido do livro *The Postmodern Military*, ed. Charles C. Moskos, John Allen Williams e David R. Segal, Oxford University Press, NY, 2000.

ÁREA TEMÁTICA	PERÍODOS		
	MODERNO (pré-Guerra Fria) 1900-1945	MODERNO FINAL (Guerra Fria) 1945-1990	PÓS-MODERNO (pós-Guerra Fria) a partir de 1990
Ameaça percebida	invasão inimiga	invasão inimiga [até 1982] violação de fronteira	conflito subnacional ou subestatal [contexto próprio]
Definição de missão principal	defesa do território pátrio; apoio a aliança [42-45]	defesa do território pátrio; missões de paz	vigilância e proteção em fronteiras/espaco aéreo; dissuasão estratégica; novas missões
Estrutura da força	grandes efetivos; serviço militar obrigatório	grandes efetivos; serviço militar obrigatório	grandes efetivos; serviço militar obrigatório
Perfil militar predominante (comandante)	combatente (“guerreiro”); parcialmente “politizado”	combatente (“guerreiro”); “politizado” [até 1988]	politicamente independente, com ampliação cultural
Postura da opinião pública	solidária	ambivalente [até 1954]; polarizada	polarizada
Relacionamento com a mídia	incorporada	incorporada [até 1954]; crescentemente hostil	predominantemente hostil
Quadros civis (proporção quanto aos militares)	componente reduzido	componente reduzido	componente reduzido
Quadros femininos	excluídos/à parte	integração parcial	integração parcial
Postura de cônjuges	entrosamento pleno	envolvimento intenso	envolvimento qualificado
Homossexuais	impedidos/afastados	impedidos/afastados	tolerados tacitamente
Imperativo de consciência	limitação grande	permissão maior	permissão maior; desaparecerá com o Serviço Cívico Integral
Assistência cívico-social	isoladamente	estruturada regionalmente	intensificada e ampliada, englobada no Serviço Cívico Integral
Interação com setor privado	esporádica	intermitente, com intensidade variável	continuada, intensa

sa e desenvolvimento (P&D), buscando, de forma realista e sustentável, sua viabilidade econômica.

Essa orientação, aliás, indica por si mesma uma função adicional da Defesa Nacional: coadjuvar a criação de riqueza e a cooperação integracionista.

Para ela deverão atuar coordenadamente as forças armadas, o serviço exterior e o setor empresarial.

A evolução da RAM nos países tecnificados precisa ser acompanhada de modo diuturno durante o processo de pós-modernização nos países semidesenvolvidos, que deverão também atualizar continuamente as vulnerabilidades de que padecem em consequência da combinação dos efeitos da Terceira Revolução Industrial, do fim da Guerra Fria e da dinâmica da Globalização.

Os programas acima indicados serão mais exequíveis, inclusive em termos de tempo, se os países semidesenvolvidos adotarem política continuada de cooperação integracionista, que deve constituir a essência do Conceito Diretor de sua Política Externa. A integração regional será possível através de processo de somatório do Poder Nacional dos países participantes, numa

concepção de que me ocupei em outro texto e à qual denominei Potência Ascendente.²

Na realidade, como esses países enfrentam problemas semelhantes para efetuarem a atualização de suas forças armadas, os programas que adotarem em conjunto para adaptar a RAM às contingências próprias de sua Expressão Militar contribuirão significativamente para a integração em todas as outras expressões do Poder Nacional.

Tempo, espaço e força

Convém agora ressaltar a maneira como, no PMM, mudaram os elementos de tempo, espaço e força com que têm de lidar os chefes militares, tanto no planejamento como na conduta das ações bélicas. Os estudos especializados e os acontecimentos dos últimos anos demonstram que o TEMPO encurtou, o ESPAÇO deformou-se e expandiu-se e a FORÇA requer novas concepções.

O quadro abaixo mostra, de forma sintética, as transformações por que passou o elemento **TEMPO** no campo de batalha. Nele se evidencia a enorme importância e dificuldade de fechar o ciclo **OODA** antes do opositor.

	1780's	1850's	1940's	1990's	2000's ...
Observação	Luneta	Telégrafo	Rádio Radar	Sensores	Redes integradas
Orientação	Semanas	Dias	Horas	Minutos	Contínua
Decisão	Meses	Semanas	Dias	Horas	Imediata
Ação	1 estação	1 mês	1 semana	1 dia	Hora ou menos

2 N.A.: Artigo publicado na *Revista da Escola Superior de Guerra*, Ano XVI – nº 38 – 1999 / Edição Especial do Cinquentenário da ESG – pgs. 89 a 106. A versão (ampliada) em inglês foi publicada na *Contact*, nº 119, de ago/2000, revista oficial do Royal Institut Supérieur de Défense (Bélgica).

Historicamente, as limitações do **ESPAÇO** foram evoluindo da distância visual para a extensão das linhas físicas e, depois, para o alcance das emissões sem fio. No PMM, porém, a limitação espacial é dada essencialmente pela disponibilidade de satélites e ANTs.

Além disso, das tradicionais três dimensões o **ESPAÇO** tornou-se **pentadimensional**: Terrestre – Naval – Aéreo – Espacial – Eletrônico. Pode-se mesmo considerá-lo **hexadimensional**, como preferem alguns autores, diferenciando-se o último em Eletrônico e Cibernético.

A **FORÇA** foi, ao longo da História, sendo ampliada na sua composição: ao conjunto de homens e armas acrescentaram-se cavalos; a esses os artefatos; mais tarde a composição se resumia em homens e plataformas de armas. No PMM, pode-se dizer que a **FORÇA** consiste precipuamente de plataformas (inclusive espaciais e cibernéticas).

É inegável que a “névoa da guerra”, para usar a expressão de Karl von Clausewitz, foi dissipada pela informatização aplicada ao âmbito militar. Entretanto, é preciso salientar que a informatização bélica gera novas vulnerabilidades militares. Isso ocorre porque, dentre outros motivos, o amplo acesso aos meios informatizados introduziu agentes pós-vestfalienses na interação mundial em todos os campos.

A Ação Terrorista Internacional (ATI) é o principal exemplo desse aspecto.

Por outro lado, é necessário reconhecer que a informatização bélica, ao minimizar

radicalmente as baixas de combate, aumentou de modo acentuado a “tentação” política de recorrer à guerra, ponto a que voltei mais adiante neste texto.

Ação Bélica Informatizada (ABI)

Na reformulação de conceitos da Defesa Nacional, ter-se-á em conta que as ameaças decorrentes da informatização bélica e de várias formas de ataque assimétrico requerem a criação de uma **Comunidade Virtual de Defesa Cibernética (CVDC)**.

No contexto da Mobilização Nacional (pós-moderna), dever-se-á, portanto, im-

A informatização bélica, ao minimizar radicalmente as baixas de combate, aumentou de modo acentuado a “tentação” política de recorrer à guerra

plantar um sistema que permita contar com a participação dos cidadãos e de entidades privadas na CVDC, com a premissa de voluntariado e a flexibilidade de mobilização parcial (setorial, modular) ou total.

Nos Estados Unidos, as autoridades políticas e militares se convenceram da imensa importância do que denominaram *Information Warfare*, expressão que traduzo como **Ação Bélica Informatizada (ABI)**.

Entre outros motivos, muito pesou o fato de que cerca de 90% de todas as comunicações militares trafegam através de redes comerciais.

Para desenvolver os estudos e planejamentos pertinentes à ABI, o Departamento de Defesa baixou, em 1991, a Diretriz TS3600.1, classificada “ultra-secreta”. Dada a necessidade de recorrer a número cada vez maior de estudiosos e especialistas alheios aos quadros desse departamento, a diretriz foi, em 1996, reclassificada como “secreta” e, em 2002, tornada “ostensiva”.

Essa diretriz tem ampla relevância, sobretudo para possibilitar o planejamento de carreira pelos oficiais, para abrir a possibilidade de propostas de programas específicos pelas forças singulares e, finalmente, para atender à necessidade, para os chefes, de incorporação da ABI no planejamento de emprego das forças. De resto, convém recordar que a Ação Bélica Informatizada (ABI) é um dos novos recursos que compõem o arsenal de forças armadas pós-modernas.

A fim de acentuar a importância crucial da ABI – para quaisquer países –, basta assinalar que a ABI permite realizar em Plenárias Condições Reais e não mais apenas sob a forma de simulação:

1. instrução (manobra sobre carta);
2. ensaio (jogos de guerra);
3. manobra (manobra de instrução);
4. teste (ação exploratória);
5. ameaça (demonstração de força), e
6. intimidação (operação demonstrativa).

No começo de 2001, vinha estudando o tema da Ação Bélica Estratégica Informatizada (ABEI), que constitui uma aplicação diferenciada dos recursos utilizados na ABI.

Num dos textos que examinei, havia um quadro muito ilustrativo das principais características da ABEI e de suas conseqüências. Utilizei-o, inclusive, em conferências que pronunciei em diver-

sos foros. Por coincidência, a última delas foi feita no Ministério da Defesa, em Brasília, no dia 10 de setembro de 2001. Já de volta ao Rio de Janeiro, assisti, na manhã do dia 11, às imagens impressionantes dos ataques terroristas desfechados contra alvos em Nova York e Washington, DC. Das reflexões que fiz sobre esses acontecimentos, percebi interessantes analogias (tendo os Estados Unidos como alvo exemplificativo) entre a Ação Bélica Estratégica Informatizada – ABEI e a Ação Terrorista Internacional – ATI.

Na minha concepção:

- a **Ação Bélica Estratégica Informatizada (ABEI)** visa a causar grandes danos ao adversário através do emprego exclusivo de meios informatizados para atacar seus sistemas informatizados;

- a **Ação Terrorista Internacional (ATI)** visa a atacar violentamente o adversário, empregando quaisquer meios disponíveis, com a finalidade de induzi-lo a mudanças radicais em seu comportamento como Estado-Nação.

Ambas devem ser encaradas não como ações criminosas e sim como ações militares.

Com essas conceituações básicas, montei o quadro comparativo que transcrevo abaixo, em que há predominante coincidência de características da ABEI e da ATI e total identidade de conseqüências:

ABEI	ATI	CONSEQÜÊNCIAS
<u>Baixo custo de ingresso</u> multiplica exponencialmente as ameaças.	<u>Baixo custo (relativo)</u> multiplica exponencialmente as ameaças.	Qualquer um pode atacar.

(CONTINUA)

(CONTINUAÇÃO)

ABEI	AII	CONSEQÜÊNCIAS
<u>Fronteiras tradicionais imprecisas</u> criam problemas novos.	<u>Facilidade do movimento transfronteiriço e da permanência temporária</u> enseja e multiplica oportunidades.	Quem está sendo atacado? por quem? quem deve reagir?
<u>Gerenciamento de percepções</u> com função ampliada.		Pode-se não saber o que é fato.
<u>Inteligência estratégica (específica)</u> ainda indisponível.		Pode-se ignorar adversários, intenções ou capacidade.
<u>Alerta Tático e Avaliação do Ataque</u> extremamente difíceis.		Pode-se não saber que se está sob ataque, quem está atacando ou por que meios.
<u>Criação e manutenção de coalizões</u> tornam-se mais complicadas.		Depende-se de outros, (mais) vulneráveis.
<u>Vulnerabilidade do território</u> dos EUA pode dar vantagens aos adversários.	<u>Vulnerabilidade do território</u> dos EUA (e outros) e alvos compensadores oferecem vantagens aos adversários.	Território nacional deixou de ser “santuário”.
<u>Mesmo após ataque</u> , é difícil identificar TODOS os seus objetivos.		Objetivos podem não ser “visíveis”.
<u>Após um ataque</u> , é muito difícil saber se e quando ocorrerão outros.		Incerteza e insegurança dificultam reação.
<u>Alguns efeitos do ataque</u> podem evoluir em tempo, espaço e natureza.		Desdobramentos psicológicos e epistemológicos imprevistos.

Para encerrar meus comentários sobre aspectos teóricos e práticos do PMM, quero recordar as **cinco assimetrias (CODAR)** relevantes para a avaliação de eventuais

contendores em qualquer conflito, em potencial ou já desencadeado:

1. Assimetria de Capacidade bélica (absoluta e/ou relativa).

2. Assimetria **Organizacional**: hierarquia *versus* rede (heterarquia, panarquia ou acefalarquia).

3. Assimetria **Direcional** (defensiva X ofensiva; ocupação X aniquilação etc.).

4. Assimetria de **Alvos disponíveis**:

a) é inversamente proporcional à assimetria de capacidade bélica, e

b) multiplica exponencialmente a capacidade ofensiva da ação reticular.

5. Assimetria de **Resultados a curto e médio prazos**.

O ATAQUE AO IRAQUE: LIÇÕES E DEDUÇÕES

Sobre esse pano de fundo, preponderantemente teórico, vou agora fazer algumas considerações específicas sobre o recente ataque dos Estados Unidos contra o Iraque com a participação coadjuvória de alguns poucos países, sem o beneplácito da ONU e, ademais, violando sua Carta e numerosas Resoluções do seu Conselho de Segurança.

Os acontecimentos internacionais desses pouco mais de dez anos nos permitem ver, na prática, a aplicação e o aprimoramento dos “conceitos” emanados da RAM.

Na Guerra do Golfo (1991) foram apenas esboçados conceitos da vertente organizacional, com amplo predomínio da vertente tecnológica. Já no ataque ao Afeganistão (2001) se observa um equilíbrio entre esta e a vertente organizacional. Finalmente, no ataque ao Iraque (2003), há um claro predomínio da vertente organizacional, com grandes mudanças em muitas concepções tradicionais da ação bélica, formando um conjunto de idéias que se vem denominando (talvez impropriamente) de Doutrina Rumsfeld.

Além dos aspectos militares visíveis desse ataque, amplamente analisados por

muitos, há algumas facetas dessa agressão que não são visualizadas com facilidade e que precisam ser consideradas, inclusive porque foram determinantes da decisão de empreender a ação, da forma como de fato se desenrolou o combate e das consequências do seu desenlace.

Os objetivos da fase bélica foram clara e prontamente identificados por entidades e estudiosos que acompanharam os acontecimentos desde seu início. Contudo, estimo necessário identificar também os objetivos mediatos, para cuja consecução o ataque foi, na verdade, ordenado. Para isso convém fazer uma breve recapitulação da conjuntura no Oriente Médio ao longo dos últimos 12 anos.

A conjuntura no Oriente Médio

Em 1991, ao cabo da fragorosa derrota militar de Saddam Hussein, seria muito fácil derrubar seu regime. Em vez disso, o governo de George Bush (pai do atual presidente) optou por deixá-lo no poder, inclusive não intervindo quando as forças armadas de Saddam Hussein massacraram os xiitas que, na região de Bassora, se rebelaram contra ele. Ao mesmo tempo, foram tomadas diversas medidas, como a imposição, através da ONU, de severas sanções econômicas e de embargos para impedir Bagdá de repor as enormes perdas de material bélico que sofrera e o estabelecimento de duas zonas, ao norte e ao sul, de exclusão aérea. Essa decisão de permitir a sobrevivência do governo iraquiano inegavelmente visou a evitar que ele fosse substituído por um governo dominado pelos xiitas e a impedir que ele voltasse a comprometer o equilíbrio, embora instável, da região.

Ao longo desse período, os claros sinais de ameaça a diversos governos árabes tradicionalmente favoráveis aos inte-

resses dos Estados Unidos na região e a persistência do sangrento enfrentamento de palestinos e israelenses eram causa de crescente preocupação para Washington. Os exitosos ataques terroristas contra alvos norte-americanos ao longo dos dez anos que se seguiram à Guerra do Golfo, culminando com as ações de grande envergadura em Nova York e Washington em 11 de setembro de 2001, obrigaram o governo dos Estados Unidos a rever aquela orientação.

O governo de George W. Bush precisava dar uma pronta resposta àquelas ações terroristas. Assim, empenhou-se em, primeiramente, procurar destruir a rede terrorista Al-Qaeda, liderada por Osama Bin Laden, que mantinha no Afeganistão sua principal base. Entretanto, essa campanha, mesmo que tivesse obtido êxito integral, não podia resolver o problema essencial com que se defrontavam os Estados Unidos: remanejar seu comprometido sistema de controle sobre o Oriente Médio.

Conseqüentemente, foi aprofundado o planejamento militar a fim de, em prazo relativamente curto, criar as condições essenciais para aquele remanejamento, que pode ser resumido em três passos principais:

(1) substituir a Arábia Saudita pelo Iraque como principal base física da presença norte-americana na região;

(2) neutralizar (se possível, pelo efeito demonstração) os riscos representados pela Síria e pelo Irã; e

(3) encaminhar com maior realismo solução minimamente satisfatória para a renitente questão palestina.

As diretrizes políticas para a recente ação bélica são a continuação da conduta há muitos anos demonstrada pelos governos norte-americanos, em declarações de altas autoridades e com decisões unilaterais, de crescente desprezo por normas consagradas de Direito Internacional.

A então secretária de Estado do Governo Clinton, Madeleine Albright, afirmou (em artigo publicado na revista *Time* em 1999) que “é claro que nem o Direito (Internacional) nem a opinião pública mundial podem forçar nações a agir contra seus próprios interesses principais. (...) Obviamente, os acordos não eliminam a necessidade de forças armadas poderosas, capazes de servir como dissuasão (...)”.

Durante o Governo Clinton, os Estados Unidos não assinaram

o Tratado Abrangente de Proscrição de Testes Nucleares; assinaram a Convenção de Proscrição das Armas Químicas, mas recusando-se a admitir inspeções em território norte-americano ou a análise de amostras de produtos seus por outro país, exigiram “exceções” para aderir ao Tratado para Proibição de Minas Terrestres e não reconheceram a jurisdição de tribunais internacionais em relação a seus cidadãos.

Em alguns pronunciamentos incisivos, o Presidente Bush deixou clara sua visão: “Os Estados Unidos não são apenas um ator internacional e sim a potência dominante no

As diretrizes políticas para a recente ação bélica são a continuação da conduta há muitos anos demonstrada pelos governos norte-americanos, em declarações de altas autoridades e com decisões unilaterais, de crescente desprezo por normas consagradas de Direito Internacional

mundo, mais predominante do que qualquer outra desde Roma. Conseqüentemente, os Estados Unidos estão em condições de reformular as normas, modificar as expectativas e criar novas realidades – através de demonstrações inequívocas e categóricas de vontade”. Coerente com essas convicções, o Governo Bush deu andamento ao programa de defesa antimísseis (violando o Acordo ABM), repudiou o Protocolo de Quioto (de preservação ambiental) e adotou inúmeras medidas protecionistas unilaterais (contrariando seus compromissos na OMC).

Após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, essa orientação foi acentuada numa série de medidas que representam verdadeira “revisão unilateral” de normas do Direito Internacional. A figura jurídica da neutralidade foi abolida com a enfática e ominosa afirmação de que “os países estarão conosco ou com os terroristas”.

A qualificação dos elementos da “Milícia Talibã”, levados para a Base de Guantánamo, como “combatentes ilegais” (nem terroristas, nem criminosos e nem prisioneiros de guerra) visou a evadir-se as normas da Convenção de Genebra.

Não se define juridicamente “terrorista”, mas será tratado como tal o Estado-Nação que ajudar (por qualquer modo) terroristas. Cria-se, como parte da guerra contra o terrorismo, uma relação de países “inimigos” (**o Eixo do Mal**), sem declaração formal de guerra a qualquer deles.

A ação preventiva, declarada como Diretriz de Política Externa pelo Presidente Bush em 2002, representa o abandono do requisito da declaração de guerra e contra-

ria dispositivos expressos da Carta das Nações Unidas.

Essa conduta hobbesiana em relação ao Direito Internacional veio somar-se ao verdadeiro papel da grande maioria dos organismos internacionais.

A despeito do que consta em suas cartas constitutivas sobre seus elevados propósitos, na prática eles se mostram braços auxiliares da política externa dos centros de poder. Assim, o governo norte-americano não se furtou a participar dos debates no Conselho de Segurança enquanto via neles alguma pos-

sibilidade de proporcionar-lhe uma chancela de legitimidade para o ataque armado ao Iraque, embora, desde o começo do seu planejamento final, a decisão de agir unilateralmente se preciso fosse já tivesse sido firmada. Aliás, importantes setores da cúpula do Governo Bush preferiam não ter qualquer participação da ONU nesse empreendimento, argu-

mentando que com isso se asseguraria muito maior agilidade e liberdade para implantar a busca suserania no Iraque.

Mas a demonstrada irrelevância das Nações Unidas para os países carentes de poder real não deve ser considerada como evidenciando análoga irrelevância da diplomacia. O que ocorreu foi o abandono dos recursos diplomáticos pela decisão política norte-americana de recorrer à força como melhor maneira de conseguir os objetivos colimados.

A aplicação do PMM

Depois de mais de dez anos de sanções econômico-comerciais, de segregação diplo-

É claro que nem o Direito (Internacional) nem a opinião pública mundial podem forçar nações a agir contra seus próprios interesses principais

Madeleine Albright

Em artigo da *Time* em 1999

mática e de degradação sistemática da capacidade bélica do Iraque (através do embargo, das duas zonas de exclusão aérea e de bombardeios pontuais), o país oferecia excelentes condições como “campo de provas” dos conceitos teóricos que caracterizam o Pós-Modernismo Militar, em condições reais e com baixíssimo risco para as forças atacantes. O planejamento final, aprovado pelo secretário de Defesa Donald Rumsfeld, representava a plena adoção desses conceitos, sinalizando grande ruptura com diversos conceitos doutrinários até então vigentes para as forças armadas norte-americanas. De resto, as notícias que se tem das resistências ao emprego de tais idéias no ataque norte-americano também confirmam uma das características da RAM, já apontadas por mim.

O emprego de tecnologias de ponta permitiu, através de ataques “invisíveis” para o resto do mundo logo antes das ações aéreas e terrestres “visíveis”, efetivamente destruir a capacidade iraquiana no âmbito de C⁴IVR*. A quase total incolumidade das aeronaves e mísseis-cruzeiro, bem como a relativa facilidade da progressão das unidades terrestres invaso-

ras, se deveu, em enorme proporção, àquelas ações de “amaciamento” (que melhor se qualificariam como de “aniquilamento”).

Contudo, não se pode considerar que houve um teste abrangente daqueles conceitos porque, das cinco assimetrias (de capacidade bélica, organizacional, direcional, de alvos disponíveis e de resultados a curto e médio prazos) que caracterizam os conflitos mais prováveis na atual moldura cronológica do PMM, pelo menos uma não operou como fator: a organizacional.

Esta seria precisamente a que mais poderia dificultar a intervenção norte-americana, se o governo iraquiano fosse capaz de assumir feição semelhante a uma rede terrorista, com o que oporia à estrutura hierárquica dos atacantes uma heterarquia ou uma panarquia.

Evidentemente, qualquer ditadura, por sua própria natureza

sociopolítica, não pode prescindir do controle centralizado na pessoa do ditador ou de seu grupo imediato. Por isso, os sistemas de comando e controle iraquianos, destruídos preliminarmente pelos atacantes, não puderam ser substituídos por redes de resistência informal e difusa.

“Os Estados Unidos não são apenas um ator internacional e sim a potência dominante no mundo, mais predominante do que qualquer outra desde Roma.

Conseqüentemente, os Estados Unidos estão em condições de reformular as normas, modificar as expectativas e criar novas realidades – através de demonstrações inequívocas e categóricas de vontade”

George W. Bush

Presidente dos Estados Unidos

* N.A.: C⁴IVR – Comando, Controle, Comunicações, Computadores, Inteligência, Vigilância e Reconhecimento. Alguns autores e instituições preferem utilizar apenas os dois primeiros elementos, considerando que os demais neles estão englobados. A meu ver, porém, o detalhamento permite maior flexibilidade para o estudo teórico, a análise prática, o planejamento operacional e os diagnósticos críticos após as ações.

Um segundo fator também qualifica a extensão da “prova” a que foi submetida a concepção pós-moderna da ação armada norte-americana: a obediência (voluntária ou forçada) ao governo ditatorial de Bagdá não subsistiria à eliminação ou incapacitação dos dirigentes iraquianos. Somente uma coincidência de fidelidade ao governo com um profundo sentimento de patriotismo poderia ensejar o surgimento de redes de resistência aos invasores.

A atual RAM

A atual Revolução em Assuntos Militares (RAM), que se acentuou na última década do século XX, de fato mudou radicalmente as características da fase bélica do conflito. Em consequência, tal como previam os estudos sobre o Pós-Modernismo Militar (PMM), mudou também, de forma significativa, a postura dos líderes políticos, que passaram a ver a guerra como recurso “normal” de Política Externa.

Entretanto, a RAM não modificou as contingências das fases posteriores à vitória bélica. Ao contrário, pela rapidez com que se encerra a fase bélica, o atacante não dispõe, como outrora, de tempo adequado para preparar a administração do território ocupado e, mais importante, assegurar a formação de governo local com razoável grau de legitimidade, cuja conduta será favorável aos verdadeiros objetivos político-econômicos que motivaram a intervenção armada.

Tudo isso ficou amplamente demonstrado no recente ataque ao Iraque. A vertiginosa velocidade com que se desenrolou e se concluiu a fase bélica impediu que os

Estados Unidos e seus aliados estivessem em condições de gerenciar, com mínimo de eficácia, a situação criada pela rápida derrota do adversário.

Assiste-se à conhecida problemática de que, tendo ganho a guerra, é preciso também saber ganhar a paz.

No caso presente, pode-se considerar, por exemplo, que a inegável falta de oposição significativa da opinião pública norte-americana à ação armada não se repetirá caso se configure prolongado e desgastante

(inclusive em termos de baixas por ataques “terroristas”) processo de ocupação militar do Iraque.

As mudanças radicais

O estudo das mudanças radicais na conduta da “guerra” contra o Iraque deve partir da pergunta: “O que é preciso ver no ataque ao Iraque?”. A resposta

que prefiro ressalta a complexidade do tema: “O que não se viu ...”.

De fato, a “guerra” no Iraque foi ganha nas 48 horas ANTES das operações visíveis aéreas, navais e terrestres. A Ação Bélica Informatizada (ABI) empreendida pelos Estados Unidos neutralizou a capacidade do Iraque em C⁴IVR e deixou suas autoridades e forças armadas “cegas, surdas e mudas”!

Logo após a rápida vitória das armas, porém, constatou-se que os Estados Unidos não estavam preparados para instalar um governo provisório formado por iraquianos e capaz de implantar, mesmo com a ajuda norte-americana, a ordem e a normalidade administrativa no país. Fica a impres-

A ação preventiva, declarada como Diretriz de Política Externa pelo Presidente Bush em 2002, representa o abandono do requisito da declaração de guerra e contraria dispositivos expressos da Carta das Nações Unidas

são de que os planejadores norte-americanos não atribuíram a devida importância à complexa realidade política no Iraque. Basta citar o fato de que a maioria xiita não se entende com a minoria sunita, que esteve no poder durante o regime de Saddam Hussein.

Além disso, os anseios de independência dos curdos foram apenas “suspensos” durante a fase bélica, mas devem ser reativados a partir de agora.

Isso, aliás, transcende as fronteiras do Iraque, pois a formação de um “Curdistão” independente também continua a ser o desejo dos contingentes curdos na Turquia, no Irã e na Síria.

Também intrigam os analistas da atual situação no Iraque algumas questões pendentes.

Assim, por exemplo, cabe indagar:

1) Foram efetivamente lançados “mais de 700 mísseis-cruzeiros” contra o Iraque? Se não, por que foi divulgado esse número?

2) Por que, ao contrário, não foi divulgado o número de “bombas inteligentes” lançadas contra o Iraque?

3) Onde estão as armas de destruição em massa? [Problema da imparcialidade do sistema de inteligência X organizações governamentais]

4) Que fim levou Saddam Hussein?

5) Quem “programou” o pós-guerra? [O fracasso é órfão ...]

As respostas a essas questões são muito importantes para complementar a análise crítica chamada “Doutrina Rumsfeld”, tal como foi posta em prática no Iraque.

CONCLUSÃO

À guisa de conclusão, desejo sublinhar que a recapitulação histórica nos mostra que

as Revoluções em Assuntos Militares se sucedem com intervalos cada vez menores.

Comparem-se os hiatos entre as épocas em que ocorreram as principais RAMs: Alexandre, o Magno, Império Romano, Príncipe de Nassau, Napoleão, as duas Guerras Mundiais, o período da Guerra Fria, após 1990 ...

Portanto, é imperativo que nos adaptemos rapidamente ao Pós-Modernismo Militar!

Essa necessidade está se evidenciando no processo de reformulação da OTAN e de reposicionamento de vários governos europeus quanto a forças integradas exclusivamente européias.

Após o fim da Guerra Fria, observou-se

uma reativação da União Européia Ocidental (criada em 1948, antes portanto da própria OTAN). Em 1992 foi criado o Eurocorpo, do qual participaram inicialmente Alemanha,

França, Bélgica e Espanha, que pretendia ser o núcleo de uma **força européia de pronto emprego**. Mais recentemente, em 2002, foi decidida a criação da Euroforça, com a previsão de efetivo de 100 mil homens até o final de 2003.

Os Estados Unidos e a OTAN

Entretanto, como uma das conseqüências do “êxito” da concepção bélica pós-moderna aplicada no ataque ao Iraque, o governo norte-americano assumiu postura mais dura nas suas conversações com seus parceiros europeus da OTAN.

Essa nova orientação foi demonstrada às claras pelo secretário de Defesa Donald Rumsfeld na Reunião de Cúpula da OTAN, realizada em Bruxelas na segunda semana de junho de 2003. Além de ostentar o ressentimento que ainda persiste por parte dos

Estados Unidos pela oposição de França e Alemanha ao ataque contra o Iraque, Rumsfeld conseguiu o endosso das proposições que os Estados Unidos vinham fazendo para a reforma da OTAN.

As principais delas são:

(a) reorganização de comandos e bases para “mais agilidade na resposta a conflitos regionais em qualquer parte do Mundo” e

(b) a criação de uma unidade de Operações Especiais (com efetivo previsto de 21.000 homens).

Essa nova unidade se destina a “combate de alta intensidade” e a operações de “entrada forçada”. Com essa missão principal, a unidade deverá servir de foco, segundo a visão norte-americana, para a “atualização” das forças européias, ou seja, sua adaptação ao PMM, tal como concebido nos Estados Unidos.

Guerra: arte x ciência

A necessidade das mudanças geralmente demora a ser identificada e aceita, mesmo por pessoas com inegável conhecimento e experiência nesses campos.

Recorde-se, por exemplo, que o Marechal Ferdinand Foch, professor de Estratégia na *École Supérieure de Guerre* francesa, declarou enfaticamente em 1912: “Os aeroplanos são brinquedos interessantes, porém destituídos de qualquer valor militar!”

Como escreveu Niccoló Machiavello: “Nada é mais difícil de assumir, mais perigoso de empreender ou de êxito mais incerto do que liderar a introdução de uma nova ordem de coisas.”

Mesmo numa Evolução em Assuntos Militares (EAM), menos complicada do que uma Revolução em Assuntos Militares (RAM), é muito difícil adotar inovações tecnológicas e abandonar tecnologias superadas.

Por outro lado, a enorme dimensão que caracteriza a Vertente Tecnológica da atual

RAM torna imperativo recordar que a guerra é uma arte e, portanto, será muito nocivo tratá-la como ciência.

Revolução na Informática

Desde o surgimento da Geopolítica, várias teorias foram expostas para identificar a “chave” para a supremacia mundial. Foi-se, assim, passando da de controle do núcleo terrestre (o *heartland* de Halford Mackinder) para a de controle dos mares (o *seapower* de Alfred Mahan) e, por fim, a do controle do espaço aéreo (o *airpower* de Giulio Douhet, Billy Mitchell *et al*).

Na verdade, já durante a Segunda Guerra Mundial, embora de forma limitada, surgiu outra, que se desenvolveu ao longo da Guerra Fria e que, hoje, nesse PMM, parece inegável: a do controle das redes.

Por isso, convém recordar que a Revolução na Informática é tanto tecnológica como organizacional (efeitos em eficiência e no sistema social), privilegia a organização reticular em detrimento da organização hierárquica, requer mudanças radicais em doutrina e estratégia e acarreta amplas alterações no espectro de conflitos, sobretudo com a guerra cibernética, a guerra reticular e a ação bélica estratégica informatizada.

Como assinalo no início, a vertente organizacional é a mais difícil de uma RAM, pois implica grandes mudanças de mentalidade. A meu ver, essas mudanças devem abranger, entre outras, as seguintes:

- a hierarquia de função (por regulamento / casos específicos) superará a hierarquia de quadro.
- estruturas hierarquizadas preservadas, porém com unidades capacitadas para ação reticular. (em rede)
- planejamentos flexíveis que permitam optar, conforme o desenrolar dos fatos, por fulminar ou abafar.

- previsão de recorrer às diferentes modalidades de ação (ostensiva, direta, secreta e clandestina).

Reflexões pós-Iraque

Tendo em vista o que ocorreu nesses anos, em especial no Iraque, em março/abril de 2003, creio válidas as seguintes reflexões:

1) volumosos e custosos arsenais de material bélico anteriores às capacitações pós-modernas, inclusive sistemas e plataformas de armas, devem ser utilizados visando ao seu esgotamento (antes da obsolescência total).

2) resistências de grupos empresariais e setores das FFAA ao abandono de projetos (P&D) e de linhas de produção (capital instalado + mão-de-obra especializada) de material bélico superado pela RAM.

3) empenho dos CPMs para “descarregar” em outros países material bélico superado pela RAM.

4) os CPMs criarão maiores obstáculos à obtenção por outros países de tecnologias de ponta (motivação militar e econômica).

5) dar-se-á prioridade aos alvos que, pelas características sociopolíticas do Estado atacado, tenderão a constituir exceções ao funcionamento de determinadas assimetrias (sobretudo a organizacional).

6) a RAM mudou radicalmente as características da fase bélica do conflito (rapidez e baixas perdas), mas não as contingências das fases posteriores à vitória bélica. Por isso, procurar-se-á, antes da fase bélica, ter equacionado, com o máximo de exatidão, as fases posteriores. Só assim será possível preparar a administração do território ocupado e assegurar a formação de governo local (razoavelmente legítimo)

favorável aos verdadeiros objetivos político-econômicos da intervenção armada. (Ganha a guerra, é preciso ganhar a paz.)

7) mantido o objetivo final de controle do território do inimigo, as tecnologias de ponta do PMM não excluem a necessidade do homem no terreno. A Infantaria – com a capacitação pós-moderna – continua indispensável.

Nova avaliação da conjuntura

Num quadro mais amplo, após abril de 2003, podemos constatar que o PMM requer que nossa avaliação da conjuntura internacional abranja os seguintes elementos:

1. “comprovação” da eficácia da Diretriz de Ação Preventiva (Bush-junho de 2002);

2. possíveis novas aplicações da DAP: os incluídos no “Eixo do Mal” (de 2001 em diante) e outros;

3. desdobramentos da DAP no campo econômico;

4. “convalidação” dos conceitos da RAM e do PMM, aplicados na “Estratégia Rumsfeld”;

5. a “nova” prática de “assassinatos seletivos”;

6. a mídia “embutida” (ou “cooptada”?);

7. futuro da ONU e de outros organismos internacionais;

8. conseqüências para a América Latina;

9. implicações para o Brasil.

A nova estruturação das forças armadas dos Estados Unidos

Para pautar o tratamento dos últimos dois itens acima, é útil recordar aqui que, já há alguns anos, as forças armadas dos Estados Unidos passaram a ser estruturadas de modo a cobrir todo o planeta, através

Ganha a guerra, é preciso ganhar a paz

de cinco Comandos. Somente um ainda obedece à concepção tradicional e se denomina Comando de Forças Combinadas (*Joint Forces Command*). [Estruturas hierarquizadas, com forças singulares.]

Nos demais (Comandos Sul, Europeu, Central e Pacífico) adotou-se o fusionamento, já mencionado no começo deste texto.

O comandante dispõe de um “depósito” de meios. Tanto ele como esses meios (enquanto apenas “depositados”) estão localizados em diversas áreas, inclusive fora dos limites geográficos fixados para sua responsabilidade. Num procedimento adaptado da concepção empresarial “*just on time*” (“em cima da hora”), o comandante extrai do “depósito” as unidades (que vão de soldados individuais até plataformas complexas) de que necessitar para desdobramento e emprego. [Estruturas flexíveis reticulares, independentes das estruturas tradicionais de forças singulares]. Assim ocorreu no ataque ao Iraque de março-abril de 2003.

Ainda nesse contexto, julgo útil ressaltar como o uso de certos uniformes indica o fusionamento.

A tradicional **diversidade dos uniformes** acentua a identidade de cada força singular, mantida numa **força combinada**. A **uniformidade da camuflagem** encobre a diversidade de origem dos integrantes da **força fusionada**.

Algumas ilações

Além disso, penso que devemos considerar as seguintes ilações:

a) No PMM, a tecnologia bélica assegura custo ínfimo em perdas humanas e curta duração de cada conflito armado.

b) Esses dois fatores neutralizam os óbices que eventualmente poderiam advir da opinião pública interna e internacional.

c) Há, portanto, um aumento exponencial da probabilidade do recurso à guerra como instrumento “normal” de política externa, sobretudo para a consecução de objetivos limitados. Em outras palavras, observa-se uma tendência para impor o intervencionismo como modo normal e legítimo de atuação internacional!

Revolução em assuntos diplomáticos

Assim sendo, não hesito em afirmar que, no contexto do Pós-Modernismo Militar, impõe-se uma **Revolução em Assuntos Diplomáticos – RAD**.

É com essa feição de RAD que devemos encarar o equacionamento da nossa Política Externa, tomando como marcos concomitantes

de partida que a solução de nossos problemas está na plena integração sul-americana, o caminho consiste no processo de conformação de Potência Ascendente e o requisito é a liderança efetiva do Brasil, atuando vigorosamente como catalisador do processo.

Já dispomos de vários mecanismos integracionistas, como o Mercosul, o Tratado da Bacia do Prata (1969) e o Tratado de Cooperação Amazônica (1978). Existe ainda a proposta, feita pelo governo brasileiro em 1992, de criação da Área de Livre Comércio da América do Sul – ALCSA (deliberadamente esquecida no governo anterior).

Mas o grande objetivo pode ser designado por três letras: U – S – A, pronunciadas em português ou em espanhol como sigla da União Sul-Americana. Cabe ao Brasil atuar

**Observa-se uma tendência
para impor o
intervencionismo como
modo normal e legítimo de
atuação internacional!**

como ímã para congregar todos os países do subcontinente numa **União Sul-Americana!**

Para concluir, sobretudo pensando naqueles que podem sinceramente achar que

se trata de meta demasiado difícil, quase inatingível, deixo aqui uma citação de Lucius Anneus Seneca, estadista romano do século I de nossa era:

“NÃO É PORQUE AS COISAS SÃO DIFÍCEIS QUE NÃO OUSAMOS. PORQUE NÃO OUSAMOS É QUE AS COISAS SE TORNAM DIFÍCEIS.”

📁 CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<POLÍTICA> / Estratégia /; Doutrina Busch; Guerra do Iraque; Segurança; Conferência;

**O rico nem sempre é sábio,
mas o sábio é sempre rico.**

Tales de Mileto

AOS NOSSOS COLABORADORES

Solicitamos aos nossos colaboradores que incluam em os seus trabalhos os seguintes dados:

- nome pelo qual é conhecido (nome de guerra);
- telefone, telex e E-mail para contato;
- endereço para o qual possa ser enviado o exemplar da *Revista Marítima Brasileira* em que foi publicada a sua colaboração (de preferência, o endereço residencial e com CEP).

Revista Marítima Brasileira